

# Este ano, Congresso atua sem submissão

Da sucursal de  
BRASÍLIA

Aproxima-se o recesso parlamentar, a 5 de dezembro, e, apesar dos percalços, qualquer análise relativa ao comportamento do Congresso, este ano, não poderá deixar de concluir: foi diferente. Longe do ideal, porém mais longe ainda dos quase 20 anos de subserviência, acomodação e violências sofridas. Câmara e Senado comportaram-se como um poder, mesmo comprimido e violentado por certos dispositivos constitucionais herdados da ditadura recente. Nas decisões adotadas em seus plenários, nos projetos apresentados, no trabalho das comissões permanentes e parlamentares de inquérito, nos pronunciamentos e discussões, mas, em especial, na postura adotada diante do Executivo, tudo se passou ao contrário do que até há pouco se passava.

Os motivos não estão na legislação, pois, apesar de melhorada ao longo dos últimos dois anos, ela ainda traz a marca do autoritarismo e da prepotência. O Legislativo não fiscaliza o Executivo. Os decretos-leis permanecem de maneira aberrante, conspurcando o processo de legislar, e as comissões parlamentares de inquérito não podem ser mais do que cinco, em cada Casa, em funcionamento, mesmo se os escândalos forem cinco mil. Deputados e senadores só viajam ao Exterior sem subvenção, ainda que o mais desimportante dos funcionários do governo deixe o território nacional pleno de dólares e de mordomias. Os mandatos não são invioláveis, conforme a tradição de nosso Direito, já que a genérica ofensa à honra alheia continua como ameaça permanente. O Supremo Tribunal Federal pode suspender mandatos e cassá-los, e apenas oito sessões extraordinárias remuneradas devem realizar-se em cada mês. Acima de tudo, um parlamentar corre o risco de ser acusado pelo Executivo de estar ou de ter abusado de direito individual ou político com o propósito de subversão do regime e, se condenado, perderá o mandato sem licença da respectiva Câmara.

Não vem ao caso discutir, hoje, cada um desses princípios, alguns sustentados como exigência dos tempos modernos, ou, muito menos, constatar que antes das grandes reformas de 1981 era muito pior. Importa mais verificar que, ainda condicionado e submetido a resquícios da exceção anterior, o Congresso se comportou de modo diferente. Sem contestar, resistiu. Sem provocar, ocupou. Sem exagerar, cumpriu.

Que fatores levaram os parlamentares a agir como estão agindo, até mesmo infligindo derrotas ao Olimpo antes todo-poderoso e tonitruante? De onde eles tiraram força, coragem e respeito para não ceder aos ventos soprados lá de cima?

Duas palavras resumem tudo: legitimidade e representatividade. Os deputados e senadores que exercem seus mandatos na atual legislação provieram de pleito livre e descondicionado. Não tiveram, durante o período eleitoral, de defrontar-se com atos institucionais ou sucedâneos, isto é, mesmo praticando eventuais excessos verbais, não podiam, como candidatos, ser liminarmente afastados. Ou ameaçados, o que já prejudicaria o processo. De igual forma, todo brasileiro maior, vacinado e em dia com o Fisco pôde apresentar-se ao crivo popular. Não existiam mais, ao tempo das eleições do ano passado, cidadãos de primeira e de segunda classe, ou seja, uns elegíveis e outros banidos, cassados e impedidos de votar e ser

votados. A representatividade se fez ampla, total e irrestrita.

De graça, essas coisas não acontecem. Produzem efeitos, e o principal deles aí está: um comportamento senão pleno, pois somos o Brasil, situado na América do Sul, planeta Terra, sistema solar, ao menos uma postura em tudo e por tudo diversa daquelas a que a Nação assistiu nos últimos quase 20 anos. Os atuais parlamentares não são melhores nem piores que seus antecessores, até porque, em mais da metade, são os mesmos. Sentiram-se, porém, fortalecidos pelo empuxo das urnas pela primeira vez abertas sem a sombra do arbítrio.

A moda deveria pegar. Ou poderia, já que justiça precisa ser feita. Os novos tempos vieram pela exaustão nacional diante dos velhos tempos, pelo esgotamento da sociedade diante dos modelos ditatoriais e ela impostos, mas, também, por conta de decisões tomadas pelo general João Figueiredo. A ele cabe o mérito de haver promovido a abertura política, ainda que aqui e ali hesitante e casuística. Por que, então, não seguir o arquiteto seus próprios planos, na construção de sua própria casa? A sucessão presidencial, da maneira como está colocada, não será nem legítima nem representativa. O PDS, partido minoritário em número de votos, fará o sucessor do atual presidente, em eleições indiretas e fechadas à Nação. As regras do jogo são ultrapassadas pelo clamor geral, mantidas precisamente por isso: para revelar resultados opostos aos que seriam naturais e garantir a preservação no poder maior, pelos próximos anos, por quem o detém. Sem legitimidade e representatividade, no entanto, ao próximo governo restará a mesma sina do atual: não resolver os grandes problemas nacionais, embaralhar-se neles e girar em círculo por não deter credibilidade ou confiança. Chame-se quem se chamar o futuro presidente, disponha das melhores boas intenções jamais imaginadas, não dará certo. Não seria o momento de pensarem, os inquilinos do Palácio do Planalto, numa solução definitiva e acorde com a expectativa maior?

## Coragem

A se confirmarem as sugestões do novo ministro da Previdência e Assistência Social, Jarbas Passarinho, na questão das aposentadorias, será preciso muita coragem. Porque ele aventa a hipótese de ampla reformulação, com a elevação do limite de idade para que alguém possa parar de trabalhar e fazer jus à pensão. Trata-se realmente de um excesso a postura atual, onde por tempo de serviço alguém pode ir para casa com 50 anos ou, às vezes, até menos. Nem nos países mais adiantados e desenvolvidos acontece essa aberração. Ao contrário, são os subdesenvolvidos, como nós, que mais contemplam os licenciados. O problema é que, para pegar e surtir efeito, essa tese precisaria não admitir exceção de espécie alguma. Em especial com relação aos funcionários públicos, civis ou militares. Afinal, a Nação custeia seus estudos, seu aprimoramento e seus conhecimentos durante anos, e, quando eles atingem alto grau capaz de determinar a retribuição, pedem o boné e vão trabalhar em empresas privadas e públicas, continuando a receber dos cofres públicos. Se o ministro Jarbas Passarinho conseguir algum resultado em campo tão perigoso e cheio de minas, será, como militar reformado, digno do maior diploma dado a estrategistas políticos.

C.C.